

# Cooperação com Portugal em plano de igualdade

Entrevista de Carneiro Jacinto

O Jornal  
27/3/1981  
p. 22

«O primeiro passo nas futuras relações entre Moçambique e Portugal será dado pela deslocação, em fins de Abril, ao Maputo, de uma delegação portuguesa, para estabelecer prioridades e talvez princípios, ou acordos, onde for necessário» — referiu, em entrevista a «O Jornal», o ministro dos Negócios Estrangeiros de Moçambique, Joaquim Chissano. Nesta entrevista, o chefe da diplomacia moçambicana referiu-se às razões que impediram, durante seis anos, uma aproximação entre os dois países, aos responsáveis pela reaproximação, e comentou ainda outros temas da actualidade internacional, sobretudo os que se relacionam com as últimas atitudes da administração Reagan. «Hoje todos parecem estar de acordo em que a cooperação com Portugal se deverá fazer num plano de igualdade» — referiu ainda.

«O Jornal» — Por que é que na sua opinião, portugueses e moçambicanos, tiveram de esperar seis anos até que se pudesse dar esta reaproximação, e encarar com certo optimismo as futuras relações entre os dois países.

Joaquim Chissano — Penso que a causa principal foi o facto de Moçambique ter vivido muitos anos sob o colonialismo e Portugal mais de quarenta anos sob o fascismo. Conquistámos a nossa independência, em Moçambique, através de um processo árduo e em Portugal houve também uma luta que tomou determinadas formas. Por outro lado, o desenvolvimento das nossas mentalidades foi diferente. Em Moçambique, nós tivemos ocasião de mentalizar o povo, definir claramente os nossos amigos, mas em Portugal parece-me que não houve as condições necessárias para que esse trabalho se realizasse. Havia então, em Portugal, muitas linhas de conhecimento que criavam uma situação que dificultava o diálogo. Os nossos interlocutores eram vários e foi difícil encontrar-se uma unanimidade. Para alguns ainda havia a tendência em considerar a mudança em Moçambique — de Estado-colónia para Estado independente — como uma mudança de forma e não compreendiam qual era o tipo de relação que era preciso estabelecer. Alguns entendiam, que havia uma transformação, mas que essa transformação devia servir, em primeiro lugar os interesses de Portugal e só depois os de Moçambique. Outros entendiam que Moçambique para viver necessitava de Portugal, portanto seria Portugal que iria ajudar Moçambique. Esta corrente era a daqueles que pensavam, antes da independência, que Moçambique não estava pronto para assumir essa posição. Havia uns, bons, que pensavam que Moçambique não estava pronto para a independência, mas que se podia dar a independência a Moçambique e que depois se iria ajudar a crescer, etc. Havia ainda aqueles que compreendiam muito bem que Moçambique era um país independente e que se tinha que deixar à sua escolha as formas de cooperação com certos países, designadamente com Portugal e estavam dispostos a manter um diálogo e a estabelecer as formas e os métodos de cooperação. Tudo isto levou a uma demora no estabelecimento de relações sãs, entre Moçambique e Portugal.

quanto que nós, em Moçambique estamos com um pensamento comum, e há uma ligação entre povo e direcção, aqui, em Portugal, multiplicam-se as tendências, os interesses partidários, políticos, de diversas gamas. É um outro tipo de democracia. Era necessário tempo para se acertar. Agora estou em Portugal e verifico que, pelo menos todos os principais partidos, aqueles que estão no Parlamento, consideram que Moçambique é um país independente e deve ser considerado como país independente, soberano, que define a sua via de desenvolvimento e que só pode cooperar com Portugal num plano de igualdade. É por isso que já aceitam que não há contencioso, e que Moçambique não deve nada a Portugal.

### A acção dos contra-revolucionários

Num certo momento, e durante muito tempo Portugal foi um estado-maior da contra-revolução de Moçambique.

Ainda agora existem aqui contra-revolucionários, mas estamos a ver que as suas possibilidades se estão a reduzir cada vez mais. Nós referimo-nos a isto, nas nossas conversações com diferentes individualidades portuguesas, e vamos a ver se elas compreendem que não podem ter inimigos de Moçambique em Portugal e ao mesmo tempo pretendem criar relações amigáveis com Moçambique. Nós compreendíamos se houvesse aqui moçambicanos que concordassem com a nossa política, mas não encontramos razões para que haja aqui refugiados de Moçambique. Depois de termos vivido mais de catorze anos como refugiados, em diversos países, agora que lutamos para acabar com isso, não entendemos que vivam refugiados fora do país. Mas o pior é que esses não são refugiados; são indivíduos ligados aos inimigos da humanidade, do «apartheid», que são espantados do «apartheid», que este utiliza para tentar sobreviver na África do Sul.

### Eanes e Sá Carneiro principais responsáveis pela reaproximação

P — Se eu lhe perguntar quem é que foi responsável por esta reaproximação entre os nossos dois países e pela possibilidade de criação da tal convivência sã, de que me falou, o que é que me responde?

R — Parece-me que no tempo de Vasco Gonçalves, houve uma solução do problema que nos opunha a Portugal, durante as negociações para a inde-



Chissano  
«É preciso concretizar áreas de cooperação»

pendência e tudo parecia estar resolvido. Tivemos ainda várias discussões com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Melo Antunes, e encontramos fórmulas que correspondiam aos condicionaisismos de Portugal, que nós respeitávamos e encontramos realmente vias para solucionar o problema. Mas depois, como eu disse, nem todos entendiam da mesma maneira, houve uma deteriorização e uma quebra brusca nas negociações. As vezes por interferência da parte portuguesa nos nossos assuntos internos. Creio que o retamento do pensamento correcto foi originado pelo desenvolvimento do nosso próprio país, pelos sucessos que nós alcançámos em diferentes domínios, que foram convencendo Portugal de que não havia nada a fazer, Moçambique era Moçambique e não se podia controlar Moçambique desde Portugal. A primeira manifestação desta intenção foi do Presidente Ramalho Eanes, que tentou várias aproximações com Moçambique, muitas vezes com hesitação devido aos condicionaisismos portugueses e não, certamente, devido a Moçambique. Finalmente, encontramos formas para declarar a sua posição, que comunicou ao Presidente Samora Machel. O primeiro-ministro, Sá Carneiro tomou depois a mesma atitude, não sei se por combinação do primeiro-ministro com o Presidente ou por sua conta própria. Também ele comunicou ao Presidente Samora Machel esta vontade de cooperar, sem excepções, com Moçambique, com excepção daquelas que são normais nas relações entre todos os países, isto é, no respeito pela soberania de Moçambique, na base da igualdade e das vantagens mútuas. O problema do contencioso económico e financeiro que nós nunca aceitámos foi posto de lado, para se entrar numa fase de cooperação em novas bases. Encontrar um único responsável para o desbloqueamento da situação é realmente muito difícil, porque houve ainda partidos que se aproximaram a nós para estudarem conosco formas e eu creio que isto foi feito a vários níveis, em Portugal. Mas quem se pronunciou agora foi o Presidente Ramalho Eanes, o primeiro-ministro Sá Carneiro e o Governo actual.

### Estavam reunidas as condições para irmos a Portugal

P — Algumas informações apontam para o facto desta visita a Portugal do sr. ministro ter sido uma visita sobretudo política e ter-se realizado pela sua vontade pessoal e do seu Governo? Confirma isto?

R — Não. Este assunto foi discutido no seio do nosso partido Frelimo e é um assunto que vem de longa data. O nosso Governo tomou a atitude de abertura desde o princípio, desde a nossa independência, mas em bases sãs com Portugal e por isso mesmo o partido decidiu, desde o início, que nós responderíamos positivamente a um convite de Portugal, para uma visita do ministro dos Negócios Estrangeiros, desde que as condições estivessem reunidas. Agora estão reunidas as condições e nós viemos. Em Moçambique, nós somos um partido, temos uma direcção colegial, nada é feito por um homem, nem o presidente. Ele interpreta as decisões e o sentimento do partido. É o partido Frelimo que dirige o próprio governo.

### Agenda e datas estabelecidas desde Dezembro

P — Certos analistas da imprensa portuguesa relacionaram a sua visita, ou comentários, no quadro de dois factos recentes: por um lado, a expulsão de diplomatas americanos do Maputo, por ligações com a agência CIA, e por outro lado a declaração pelas autoridades cubanas, relativamente a um diplomata português, de envolvimento no assalto à Embaixada do Equador, em Havana. Parece-lhe correcto fazer uma análise deste tipo e relacionar a sua visita com estes factos?

R — Se isso tivesse alguma relação com a minha visita eu não teria vindo. A consequência disso seria eu não vir a Portugal, porque a minha visita foi preparada muito, muitíssimo antes dessas ocorrências todas. Eu recebi o convite do ministro dos Negócios Estrangeiros do governo de Sá Carneiro, respondi positivamente; o ministro dos Negócios Estrangeiros

actual reiterou o convite, voltei a responder positivamente e fizemos as datas da visita. A minha agenda foi elaborada já em Dezembro e no dia 23 de Março estava marcado na minha agenda que estaria em Portugal e no dia 26 em Espanha. Portanto, quando eu comecei este ano não houve mudanças no calendário. Esses assuntos não têm nada a ver com a minha visita.

### Delegação portuguesa no Maputo nos finais de Abril

P — Sr. ministro, como é que considera que irão ser a partir de agora as relações entre Portugal e Moçambique? Isto é, que passos concretos se vão dar a seguir?

R — Os passos concretos serão para já a deslocação de uma delegação portuguesa a Moçambique, em fins de Abril. Se isso for aceite por parte do nosso Governo, temos ainda que discutir as datas. Esta aproximação será para concretizar áreas de cooperação. Já se conhecem mais ou menos as áreas em que se pode realizar qualquer coisa e será preciso estabelecer prioridades e talvez princípios, ou acordos, onde for necessário, para se poder avançar. Esse será o primeiro passo.

P — Como é que está a questão do acordo do Governo moçambicano com o Banco de Portugal sobre uma linha de crédito de 5 milhões de contos que, tanto quanto sabemos, nunca chegou a avançar e a concretizar-se?

R — Vai ser tratada por essa delegação, dentro do espírito que surgiu agora, para encontrar uma solução. Mas julgo não haver obstáculos.

P — E sobre Cabora Bassa?

R — Vai deslocar-se daqui segundo fui informado uma delegação especial por iniciativa do governo português. Essa delegação irá a Moçambique para apresentar as suas preocupações sobre Cabora Bassa e discutir o que for discutível.

### Americanos não estão, nem nunca estiveram, do lado da causa da libertação

P — A propósito da actual situação internacional qual é o comentário que faz às novas posições da administração americana e com que preocupações é que vê a situação?

R — É que se se concretizam, numa linha definitiva, todas as coisas que nós ouvimos dos representantes do governo de Reagan será muito difícil a manutenção da paz no mundo. E poderia falar de coisas muito perigosas para a Europa, mas também para todo o mundo, como a intensificação da corrida ao armamento, incluindo a vontade de avançar na construção da bomba de neutrões.

P — Mas não o preocupa sobretudo a posição assumida face à África Austral?

R — É preocupante a insistência do governo de Reagan em aumentar e seguir no caminho que tinha sido também o de Carter de concentração de forças no Oceano Índico, ameaçando os nossos países.

Mas um ponto que é mais visível na política externa de Reagan é a classificação dos movimentos de libertação como movimentos terroristas. Isto é um grande recuo, porque nós sabíamos que o governo americano não estava, nem nunca esteve ao lado da causa da libertação, mas pelo menos tinha tomado, a dada altura, uma táctica de fingir estar ao lado dos movimentos de libertação, como foi o caso do Zimbabwe e mesmo da Namíbia, quando os cinco países ocidentais fingiam estar interessados em convencer o governo sul-africano a aceitar uma solução negociada da situação na Namíbia e que conduziu à sua independência. Agora nós vemos que o governo de Reagan tem uma política de armar os fantoches de Angola, criar redes de espionagem para desestabilizar Moçambique, tanto económica como politicamente, e apoiar o «apartheid» com os argumentos clássicos de que consideram a África do Sul como um factor necessário para aquilo que eles chamam a defesa dos interesses do Ocidente na zona. Nós classificamos isto como sendo o combate contra a independência dos povos, incluindo o nosso.

### Não existe uma divergência definitiva com o Governo português

P — Os seus pontos de vista a este respeito são coincidentes com os do ministro português?

R — O ministro português, à mesa das conversações, concordou comigo quanto à necessidade da libertação da Namíbia. Pensa que ainda é possível encontrar-se uma solução negociada e discorda da necessidade de intensificar a luta armada. Pensa ainda que o governo de Reagan terá que ter o tempo necessário para decidir sobre uma política. Acha que a política sobre a África Austral não está ainda, finalmente, terminada. Por isso, eu não posso dizer que haja uma divergência definitiva. A divergência consiste em que nós estamos convencidos de que a linha do governo americano é consistente, portanto é uma questão de forma, não é uma questão de tempo. Reagan teve tempo suficiente para pensar, e durante a campanha eleitoral já estava a pensar nestes problemas, portanto não é uma questão de tempo. O meu colega português foi aos E.U.A. e de lá trará ideias mais claras...

P — Parece-lhe que ele poderá transmitir ao secretário Haig as suas preocupações?

R — Ele irá por outros motivos, que não para falar da nossa conversa, mas não sei...

P — Perguntava-lhe ainda: fracassou a tentativa do governo moçambicano de mediação na questão surgida entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde?

R — Não posso dizer que tenha fracassado, pois a nossa conversa não foi ate esse ponto. A nossa tarefa foi a de oferecer a possibilidade de um encontro, no nosso país, entre os dirigentes dos dois países, e tínhamos um papel a desempenhar. O encontro não se realizou ainda e estamos aguardando uma indicação da Guiné-Bissau.